

Charles H. Ferguson

O sequestro da América

Como as corporações financeiras
corromperam os Estados Unidos

Tradução:
Alexandre Martins

Revisão técnica:
Eduardo Sá

1. Onde estamos agora

MUITOS LIVROS JÁ FORAM escritos sobre a crise financeira, mas há duas razões pelas quais decidi que ainda era importante escrever este.

A primeira razão é que os caras maus escaparam e, surpreendentemente, houve pouco debate público a esse respeito. Quando recebi o Oscar de melhor documentário em 2011, eu disse: “Três anos após uma horrível crise financeira causada por fraude em massa, nenhum executivo financeiro foi para a cadeia. E isso é errado.” Questionados posteriormente sobre a falta de processos, altos funcionários do governo Obama responderam de maneira evasiva, sugerindo que não havia acontecido nada ilegal ou que as investigações prosseguiriam. Nenhum dos principais candidatos republicanos à presidência levantou o assunto.

No começo de 2012 não havia *ainda* um único processo penal contra um alto executivo financeiro relacionado à crise financeira. Nem o governo federal fez qualquer tentativa séria de usar ações civis, confisco de bens ou liminares para multar ou obter indenizações dos responsáveis por lançar a economia mundial na recessão. Não porque não tenhamos evidências de comportamento criminoso. Desde o lançamento do meu filme surgiu um grande volume de material novo, em especial a partir de processos particulares, que revela – por intermédio de trocas de e-mails e outras provas – que muitos banqueiros, incluindo altos administradores, sabiam exatamente o que estava acontecendo, e que isso era altamente fraudulento.

Mas mesmo deixando de lado esta crise, há hoje evidências abundantes de comportamento criminoso disseminado e impune no setor financeiro. Mais à frente neste livro repassarei a lista do que já sabemos, que é *muito*.

Além do comportamento que causou a crise, grandes bancos americanos e europeus foram flagrados auxiliando a fraude empresarial da Enron e de outros, lavando dinheiro para cartéis de drogas e para as forças armadas iranianas, ajudando em evasão fiscal, escondendo ativos de ditadores corruptos, conspirando para definir preços e cometendo muitas formas de fraude financeira. Há hoje evidências esmagadoras de que ao longo dos últimos trinta anos o setor financeiro dos Estados Unidos se tornou um setor sem princípios. À medida que sua riqueza e seu poder aumentavam, ele subverteu o sistema político do país (incluindo *os dois* partidos políticos), o governo e instituições acadêmicas de modo a se livrar de controle externo. À medida que a desregulamentação avançou, o setor financeiro se tornou cada vez mais antiético e perigoso, gerando crises cada vez maiores e uma criminalidade cada vez mais flagrante. Desde os anos 1990 seu poder tem sido suficiente para proteger os banqueiros não apenas de uma regulamentação efetiva, mas da própria legislação penal. O setor financeiro é hoje um setor parasitário e desestabilizador que constitui um grande empecilho ao crescimento econômico americano.

Isso significa que processos penais não são apenas uma questão de vingança, ou mesmo de justiça. Punição de verdade para o crime financeiro em grande escala é um elemento vital da rerregulamentação financeira, que por sua vez é essencial para a saúde econômica e a estabilidade dos Estados Unidos (e do mundo). Regulamentação é bacana, mas a ameaça de prisão faz a pessoa se concentrar. Um conhecido especialista, o gângster Al Capone, disse uma vez: “Você pode ir muito mais longe na vida com uma palavra gentil e uma arma do que apenas com uma palavra gentil.” Se os executivos financeiros souberem que irão para a cadeia ao cometer grandes fraudes que ameacem a economia mundial, e que sua riqueza ilegal será confiscada, provavelmente terão uma tendência muito menor a cometer tais fraudes e causar crises financeiras globais. Então, uma razão para escrever este livro é apresentar em detalhes claros os argumentos para processos penais. Neste livro demonstro que muito do comportamento por trás da bolha e da crise foi literalmente criminoso, e que a falta de processos é quase tão ultrajante quanto o comportamento original do setor financeiro.

A segunda razão pela qual decidi escrever este livro foi que a ascensão das finanças predatórias é ao mesmo tempo causa e sintoma de uma mudança mais ampla e ainda mais perturbadora na economia e no sistema político dos Estados Unidos. O setor financeiro está no cerne de uma nova oligarquia que ascendeu ao poder nos últimos trinta anos, e que modificou profundamente a vida americana. Os capítulos finais deste livro são dedicados a analisar como isto aconteceu e o que significa.

A partir de 1980 a sociedade americana começou a passar por uma série de alterações profundas. Desregulamentação, redução da aplicação das leis antitruste e mudanças tecnológicas levaram a uma concentração crescente na indústria e nas finanças. O dinheiro começou a desempenhar um papel maior e mais corruptor na política. Os Estados Unidos ficaram atrás de outros países em educação, infraestrutura e no desempenho de suas principais indústrias. A desigualdade aumentou. Como resultado dessas e de outras mudanças, os Estados Unidos estavam se transformando em um jogo de cartas marcadas – uma sociedade que nega oportunidades aos que não são filhos de famílias ricas, uma sociedade que se assemelha mais a uma ditadura terceiro-mundista do que a uma democracia avançada.

Os protestos do Occupy Wall Street, que começaram em Nova York em setembro de 2011 e depois rapidamente se espalharam pelos Estados Unidos e pelo mundo, foram de início pouco claros em seus objetivos. Mas os manifestantes estavam absolutamente certos em uma coisa: nos últimos trinta anos os Estados Unidos foram tomados por uma oligarquia financeira amoral, e o sonho americano de oportunidade, educação e mobilidade social está hoje em grande medida limitado ao pequeno percentual mais abastado da população. As políticas federais estão sendo cada vez mais ditadas pelos ricos, pelo setor financeiro e por outros setores poderosos (embora algumas vezes muito mal administrados) como telecomunicações, assistência médica, automobilístico e energético. Essas políticas são implantadas e louvadas pelos servos voluntários desses grupos, em especial a liderança cada vez mais comprada dos partidos políticos, da academia e da indústria do lobby americanos.

Caso não seja interrompido, esse processo transformará os Estados Unidos em uma sociedade decadente e injusta com uma população empou-

brecida, raivosa e ignorante sob o controle de uma pequena elite ultrarrica. Tal sociedade seria não apenas imoral, mas também instável e perigosamente fértil para o extremismo religioso e político.

Até o momento os dois partidos políticos foram muito inteligentes e eficazes em esconder essa nova realidade. De fato, os dois partidos criaram uma espécie inovadora de cartel – um acerto que chamei de *duopólio* político americano, e que analiso detalhadamente mais à frente. Os dois partidos mentem sobre o fato de que se venderam ao setor financeiro e aos ricos. Até agora eles tiveram bastante sucesso com a mentira, em parte ajudados pelo enorme volume de dinheiro que é gasto hoje com propaganda política enganosa e manipuladora. Mas isso não pode durar indefinidamente; os americanos estão ficando com raiva, e mesmo quando equivocadas ou mal informadas, as pessoas têm uma sensação profunda, visceral, de que estão sendo sacaneadas. Tanto o movimento conservador Tea Party quanto o Occupy Wall Street são pequenos sinais iniciais disso.

Portanto, não vou perder muito tempo descrevendo formas de regulamentar credit default swaps a descoberto, melhorar padrões de contabilidade para contas não registradas no balanço patrimonial, implantar a regra de Volcker contra a especulação, aumentar o capital mínimo ou mensurar a alavancagem dos bancos. Essas são coisas importantes a fazer, mas são questões táticas e relativamente fáceis de administrar caso se tenha um sistema político, uma economia, um ambiente acadêmico e uma estrutura de regulamentação saudáveis. O verdadeiro desafio é descobrir como os Estados Unidos podem arrancar o controle de seu futuro das mãos dessa nova oligarquia e recuperar sua posição como uma nação próspera, justa e instruída. Pois se não fizermos isso, o atual padrão de grande concentração de riqueza e poder irá se agravar, e poderemos ver o mergulho paulatino da maior parte da população americana na miséria.

Antes de entrarmos no cerne dessas questões, eu talvez devesse fazer um comentário sobre minhas convicções. Não sou contra empresas, lucros ou enriquecimento. Não tenho nenhum problema com pessoas ficando bilionárias – caso consigam isso vencendo uma disputa justa, caso suas realizações justifiquem isso, caso paguem sua parcela justa de impostos

e caso não corrompam sua sociedade. As pessoas que fundaram a Intel ficaram muito ricas – e isso é ótimo. Elas tinham doutorado em física. Elas trabalharam muito duro. Trataram seus funcionários com justiça. E nos deram mil vezes mais do que tomaram. Em sua primeira década de operações, a Intel inventou microprocessadores e as três formas mais importantes de memórias de semicondutores. Um dos fundadores da Intel – Robert Noyce, que eu uma vez tive a honra de conhecer – foi ele mesmo um dos inventores do circuito integrado. Não tenho nenhum problema com o fato de que Bob Noyce, Gordon Moore e Andy Grove ganharam muito dinheiro. O mesmo vale para Larry Ellison, da Oracle; Steve Jobs e Steve Wozniak, da Apple; os fundadores de Google, eBay, Craigslist, Amazon e Genentech, e, a propósito, Warren Buffett.

Mas não foi assim que a maioria das pessoas citadas neste livro ficou rica. A maioria delas ficou rica por conta de boas ligações e falta de escrúpulos. E elas estão criando uma sociedade na qual se pode cometer crimes econômicos terrivelmente daninhos com impunidade, e na qual apenas os filhos dos ricos têm a oportunidade de fazer sucesso.

É com isso que eu tenho problemas. E acho que a maioria das pessoas concorda comigo.

A visão dos 99% de baixo

A crise financeira de 2008 foi o pior revés econômico para os Estados Unidos e para todo o planeta desde a Grande Depressão, em 1929. Em 2007, quando a bolha financeira acabou, o crescimento econômico do país diminuiu para um anêmico 1,9%. Em 2008, o PNB de fato caiu 0,3% – seguido por uma queda de 3,5% em 2009. O ano de 2010 finalmente viu uma “recuperação”, com crescimento do PNB em 3%. Mas isso não ajudou muito. A recuperação foi modesta e quase não gerou empregos; o crescimento do PNB foi conseguido em grande medida por investimentos em tecnologia, e não pela contratação de pessoas.¹

A recessão americana pós-crise terminou oficialmente em junho de 2009. Mas nos dois anos seguintes, durante a “recuperação”, a renda familiar me-

diana nos Estados Unidos na verdade caiu cerca de 7%. O índice oficial de desemprego no começo de 2012 permanecia acima de 8%, enquanto as melhores estimativas da taxa de desemprego *real* americana variavam acima de 12%. A pobreza, em especial a pobreza infantil, atingia um nível recorde.

Desde o começo da crise, 10 milhões de americanos passaram mais de seis meses sem emprego, e 2 milhões ficaram mais de dois anos desempregados. Muitos dos desempregados esgotaram os benefícios, e outros teriam chegado ao mesmo ponto se não fosse por extensões temporárias – aceitas pelos republicanos do Congresso apenas com a condição de que os democratas concordassem com uma cara isenção fiscal que beneficia basicamente os ricos.

O desemprego forçado é danoso para todos, mas o desemprego de longo prazo abala o moral. As habilidades são esquecidas, as pessoas perdem a confiança em si mesmas, e muitas desistem. O desemprego de longo prazo, claro, também contribui para execuções de hipotecas e despejos. Não há números confiáveis, mas a população americana de sem-teto está claramente aumentando rápido – em especial nas regiões de clima mais quente atingidas de maneira dura pela quebra do mercado imobiliário como a Flórida, mas também em áreas relativamente prósperas como Seattle. Nos anos 1930 as margens do rio Americano em Sacramento eram tomadas por *hooverilles*, as favelas da época. Hoje, funcionários públicos de Sacramento e organizações como a Safe Ground estão lidando com uma nova geração de sem-teto vivendo nas mesmas áreas que foram ocupadas durante a Depressão.²

Ao mesmo tempo, mais de 2 milhões de residências foram retomadas nos Estados Unidos em 2011. Distritos escolares americanos relatam um surto de crianças sem-teto devido às execuções de hipotecas. Jornais de todo o país falam sobre adultos, com frequência casais com filhos, voltando a morar com os pais, algumas vezes dependendo somente das pensões dos pais para viver. A taxa de pobreza nos Estados Unidos está aumentando vertiginosamente, para mais de 15% em 2011, incluindo mais de 16 milhões de crianças. Desde o começo da crise, o número de pessoas usando cupons de alimentação teve um salto de 18 milhões, um aumento de 70%. Con-

tudo, ao mesmo tempo, o 1% superior da população americana continuou a aumentar sua parcela da renda total e da riqueza americana, para o nível mais alto desde o final dos anos 1920.³

Os balanços patrimoniais das empresas estão bem; as empresas americanas estão sentadas sobre 2 trilhões de dólares em dinheiro. Mas os governos americanos *não* estão bem. A crise e a recessão, juntamente com os gastos emergenciais necessários para impedir um holocausto financeiro, provocaram um aumento de 50% da dívida nacional. O déficit federal continua descontrolado, e muitos governos estaduais e municipais cortaram serviços essenciais, incluindo educação e segurança pública, por falta de dinheiro.

Enquanto isso a Europa sofre com uma *nova*, e crônica, crise financeira provocada pela dívida dos governos europeus. Como no caso dos Estados Unidos, o problema da dívida europeia foi muito agravado pelos gastos de emergência necessários para impedir que a crise de 2008 provocasse uma Grande Depressão no século XXI.

Nos países mais afetados pela crise da dívida europeia – Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha –, os padrões de vida declinaram agudamente. No começo de 2012 o índice de desemprego oficial na Espanha era de 23%; o índice de desemprego em Portugal era de 12%; na Irlanda, de 14%; na Grécia, de 22%. A Grécia, cujo governo anterior contratara o Goldman Sachs para ajudá-lo a falsificar as contas nacionais e esconder da União Europeia seus déficits orçamentários, não podia mais pagar a dívida governamental de 300 bilhões de dólares. A partir de 2011 (e como condição para a renegociação da dívida grega), a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (FMI) obrigaram a Grécia a criar novos impostos e a fazer cortes draconianos nos salários e pensões do funcionalismo público. A Grécia tem uma enorme e cara estrutura de empreguismo, mas até agora ela permaneceu intocada; em vez disso a maior parte do sofrimento tem sido suportada pelas pessoas trabalhadoras e honestas. Professores do ensino médio e superior tiveram cortes salariais de 30% ou mais, o desemprego disparou e o PIB caiu 6% em 2011. eclodiram conflitos na Inglaterra, na Itália e na Grécia, e grandes manifestações populares tomaram esses países, bem como Espanha, Alemanha e França.⁴

Mas em muitos sentidos foram os Estados Unidos que mais mudaram. Para a maioria dos americanos, há muitos anos salários e renda familiar total têm se mantido estáveis ou diminuído. A crise financeira, a recessão e a “recuperação” sem empregos que os Estados Unidos experimentaram desde 2008 são apenas a mais recente e pior provação de um processo que começou muitos anos antes. De fato, mesmo durante a prosperidade artificial da bolha financeira de 2001-2007 os salários dos americanos médios permaneceram estáveis ou diminuíram, enquanto a renda dos ricos disparou.

Nenhum outro país desenvolvido, nem mesmo a Grã-Bretanha com sua tradicional divisão social, chega perto das extremas desigualdades de renda e riqueza dos Estados Unidos em 2012. Entre 2001 e 2007, os anos da grande bolha financeira, o 1% superior das famílias americanas ficou com metade do crescimento total de renda do país. Não costumava ser assim; a mudança começou nos anos 1980. A parcela de renda tributável da camada superior de 1%, incluindo ganhos de capital, passou de 10% em 1980 para 23% em 2007. É a mesma percentagem que vigorara em 1928, e aproximadamente o triplo da parcela que o 1% mais alto detinha nos anos 1950 e 1960, quando os Estados Unidos tinham um crescimento econômico muito maior e nenhuma crise financeira. Com a queda violenta das ações desde a quebra financeira, a parcela do 1% superior caiu para “apenas” 17% em 2009, mas depois subiu novamente para cerca de 20%. Hoje a riqueza americana é ainda mais concentrada que a renda – o 1% mais rico dos americanos possui cerca de um terço de toda a riqueza líquida do povo americano, e mais de 40% de toda a riqueza financeira dos Estados Unidos. Isso é mais que o dobro da parcela detida pela camada inferior de 80% da população.⁵

Em consequência, nem todos sofreram na década anterior; CEOs, o setor financeiro, o de energia, lobistas e os filhos dos já ricos se saíram bem. Desde 2000 as quatro maiores petroleiras americanas acumularam mais de 300 bilhões de dólares em lucros *excedentes* – definidos como lucros acima da taxa de lucro da década anterior. Os bônus dos bancos de investimento foram enormes também – estimados em 150 bilhões de dólares ao longo da década. O salário anual *médio* dos banqueiros de Nova York, que hoje

é de 390 mil dólares, permaneceu basicamente igual mesmo depois que o setor entrou em colapso em 2008.

O outro lado do aumento da desigualdade no país é um declínio obscuro e moralmente indefensável da justiça da sociedade americana – em educação, oportunidade de emprego, renda, riqueza e mesmo saúde e expectativa de vida. Com exceção das famílias ricas, as crianças nos Estados Unidos têm hoje menos educação que os pais, e irão ganhar menos dinheiro que eles. Ainda pior, as oportunidades e as vidas dos jovens americanos são cada vez mais determinadas pela riqueza dos pais, não por suas próprias capacidades ou seus esforços.

Muitos americanos sem dúvida ainda acreditam no sonho americano. É o caso de pensar por quanto tempo conseguirão sustentar essa ilusão, pois os Estados Unidos estão se transformando em um dos países industrializados mais injustos, mais rígidos e com menos mobilidade social. Nos Estados Unidos, hoje, a renda familiar tem peso de aproximadamente 50% para determinar as perspectivas econômicas de um filho durante a vida. Alemanha, Suécia e mesmo a França, com sua forte estrutura de classe, são hoje sociedades mais justas e com maior mobilidade social que os Estados Unidos – em média a renda familiar tem peso de apenas cerca de 30% na determinação do desempenho da geração seguinte. As sociedades realmente igualitárias com grande mobilidade são Canadá, Noruega, Dinamarca e Finlândia, onde a renda dos pais responde por apenas cerca de 20% dos ganhos de um filho durante a vida. Mesmo muitos países “em desenvolvimento”, como Taiwan e Coreia do Sul, têm hoje graus de oportunidade e igualdade superiores aos dos Estados Unidos. Por exemplo: alguém que nasça hoje em uma família pobre na Coreia do Sul ou em Taiwan tem uma probabilidade muito maior de concluir o ensino médio e sair da pobreza do que alguém nascido em uma família pobre nos Estados Unidos. Muitos dos cidadãos desses países também têm expectativas de vida superiores às dos americanos.⁶

Agora estão longe os dias em que mesmo uma formação superior nos Estados Unidos era financeiramente acessível a todos ou garantia de uma vida boa. Tecnologia, globalização e decisões empresariais achataram os

salários e terceirizaram muitas vagas de empregos de colarinho-branco, tanto quanto vêm espremendo os empregos das classes operárias. Hoje, para abrir caminho em direção à classe média alta com segurança, é preciso um diploma de uma instituição de elite e/ou uma pós-graduação. E os estudantes que podem frequentar essas instituições de elite saem, em número esmagador, das famílias mais ricas dos Estados Unidos. De fato, educação superior de qualquer tipo – graduação e pós-graduação, particular e pública, de elite e mediana – está se tornando muito mais cara; e o acesso a ela, muito mais desigual. Com o aperto nos orçamentos públicos estaduais e municipais, mesmo faculdades estaduais e comunitárias estão se tornando muito caras, de modo que os filhos de famílias operárias ou pobres precisam cada vez mais escolher entre não ir para a faculdade ou se formar com uma montanha de dívidas. Conseqüentemente, os índices de conclusão de cursos superiores nos Estados Unidos estagnaram, e são hoje inferiores aos de muitos outros países.

Agora, tendo desperdiçado trilhões em guerras malconduzidas, cortes de impostos destinados sobretudo aos ricos, uma gigantesca bolha imobiliária e enormes resgates dos bancos, os Estados Unidos enfrentam grandes problemas fiscais. Ao mesmo tempo, a competitividade econômica fundamental americana diminuiu bastante, à medida que sua infraestrutura física, seus serviços de banda larga, sistema de ensino, preparo da força de trabalho, cuidados de saúde e políticas energéticas não acompanharam as necessidades de uma economia avançada. Contudo, como veremos mais à frente, isso não é unicamente, ou mesmo essencialmente, uma questão de dinheiro; é uma questão de política e prioridades. Em alguns setores, gastos públicos insuficientes são de fato um problema. Mas em muitas áreas, como a saúde, os Estados Unidos são uma sociedade que gasta muito *mais* que outros países sem, contudo, conseguir os mesmos resultados.

A principal razão para isso é que grupos de interesse com grande poder político conseguiram impedir reformas – serviços financeiros, energia, defesa, telecomunicações, indústrias farmacêutica e alimentícia; advogados, contadores e médicos e, em menor grau, vários sindicatos. Esses e

outros grupos, incluindo, claro, lobistas e políticos, resistiram ferozmente a esforços para melhorar o futuro dos Estados Unidos à sua custa.

Enquanto isso, os dois partidos políticos estão ignorando, mentindo sobre e/ou explorando os problemas econômicos, sociais e educacionais muito reais do país. Esse processo começa a produzir um perigo adicional: a demagogia. À medida que os Estados Unidos entram em decadência, extremistas religiosos e políticos começam a explorar a insegurança e o descontentamento crescentes da população. Até o momento isso assumiu a forma principalmente de ataques ao governo federal, a impostos e gastos sociais. Contudo, algumas vezes também assume formas mais radicais: cristianismo anticientífico e fundamentalista, ataques à educação, ao ensino da evolução, a vacinas e atividades científicas, e demonização de grupos, como imigrantes, muçulmanos e pobres.

Pairando acima de tudo isso há uma impressionante, embora completamente cínica, inovação por parte dos políticos americanos: o duopólio político. Ao longo do último quarto de século os líderes dos *dois* partidos políticos aperfeiçoaram um sistema impressionante de permanecer no poder enquanto servem à nova oligarquia dos Estados Unidos. Ambos recebem um enorme volume de dinheiro, sob muitas formas – doações de campanha, lobbies, contratações pelo setor privado, favores e acesso especial de diversos tipos. Políticos dos dois partidos enriquecem e traem os interesses do país, incluindo a maioria das pessoas que votaram neles. Mas os dois partidos ainda conseguem apoio porque exploram habilmente a polarização cultural dos Estados Unidos. Os republicanos alertam os conservadores para os perigos de secularismo, impostos, aborto, bem-estar social, casamento gay, controle de armas e liberais. Os democratas alertam os social-liberais para os perigos de armas, poluição, aquecimento global, proibição do aborto e conservadores. Ambos os partidos fazem uma cena pública de como seus confrontos são ácidos e como seria perigoso que o outro partido chegasse ao poder, enquanto se prostituem com o setor financeiro, indústrias poderosas e os ricos. Assim, a própria intensidade das diferenças entre os dois partidos quanto a “valores” permite a eles cooperar no que diz respeito a dinheiro.